

Cadernos de estágio

Vivências de estudantes do curso de pedagogia do Instituto Kennedy em um espaço não escolar – Natal/RN

Allyne Talícia Melo da Costa¹
Rozicleide Bezerra de Carvalho
Lucia de Fátima Saldanha
Alcineide Alves da Silva
Eliane de Lima Teotônio

Informações

1 rozi@ifesp.edu.br

Como citar este texto

CARVALHO, R. B. de .; SILVA , A. A. da; SALDANHA , L. de F. .; COSTA, A. T. M. da; TEOTÔNIO, E. de L. . Vivências de estudantes do curso de pedagogia do Instituto Kennedy em um espaço não escolar – Natal/RN. **Cadernos de Estágio**, v. 7, n. 1, 2025. DOI: 10.21680/2763-6488.2025v7n1ID39306.



RESUMO: A pesquisa se enunciou a partir de uma experiência no componente curricular Pesquisa e Prática Pedagógica VII do curso de Pedagogia, quando foi solicitado para identificarmos uma situação que tivesse nos inquietado em um dos Estágios Curriculares Supervisionados. O objetivo geral do estudo consistiu em descrever metodologias e atividades desenvolvidas para alfabetizar e letrar estudantes surdos em uma determinada instituição. A metodologia é de abordagem qualitativa, organizada em três etapas. Na primeira, realizamos uma revisão da literatura sobre metodologias e atividades utilizadas para ensinar estudantes surdos. Na segunda, entrevistamos a gestão da instituição para conhecer as metodologias e atividades utilizadas para alfabetizar e letrar estudantes surdos. Na terceira etapa, conhecemos as atividades propostas aos estudantes, organizamos e analisamos as informações. Como resultados e contribuições, a investigação nos permitiu identificar metodologias e atividades diferenciadas para ensinar a esse público e reconhecer a importância da pesquisa na formação inicial do pedagogo.

Palavras-chave: estágio curricular supervisionado; espaço não escolar; educação; estudantes surdos.

2 I – INTRODUÇÃO

A pesquisa se evidenciou a partir do componente curricular Pesquisa e Prática Pedagógica VII (PPP-VII), ministrado no curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Ela se enuncia com base em uma experiência vivenciada no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado no Espaço não Escolar, no Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS, no município de Natal - Rio Grande do Norte, durante o turno vespertino. No decorrer do nosso estágio, observamos metodologias e atividades desenvolvidas pela instituição para alfabetizar e letrar estudantes surdos.

Em PPP VII nos foi orientado a pensar e posteriormente descrever uma situação, que nos tenha inquietado, vivenciada no estágio realizado no espaço não escolar. Nele, observamos metodologias e atividades de leitura e escrita desenvolvidas com pessoas surdas, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Segundo Mendes da Silva e Henrique Silva (2016, p. 34), a “Língua de Sinais é a Língua dos Surdos, é fundamental para o seu desenvolvimento em todas as esferas (sociolinguística, educacional, cultural, entre outras)”. As autoras desvelam que pesquisadores que estudam esse objeto de pesquisa (Góes, 2002; Lacerda, Albres e Dra-

go, 2013; Lodi, 2013; Skliar, 1997; Slomski, 2010), cientes da imprescindibilidade da Libras, evidenciam os conflitos vivenciados pelos surdos nas situações de inclusão escolar, dados os argumentos concernentes à forma peculiar de comunicação e de compreensão do mundo, fato esse presente nas vivências de crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a escola.

Quadros (2002) nos revela que a alfabetização da pessoa surda, como processo de aprendizado de leitura e escrita, deve ocorrer em Libras, que é a língua a ser utilizada na escola para a aquisição da linguagem, para aprender por meio dela e para aprender sobre ela, no contexto escolar, dentro da sala de aula, com o apoio de mediadores e mediatizadores.

Nossa investigação está ancorada em referenciais teóricos e documentos normativos, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394, de 1996, e as Diretrizes para a Educação de Pessoas Surdas (Brasil, 2002), acerca das aprendizagens de estudantes surdos. Nos embasamos teoricamente em Quadros (2002), Góes (1996), Vygotsky (2007), entre outros estudiosos.

De acordo com as orientações para a realização do estágio no espaço não escolar, foi proposto descrever ações desenvolvidas na referida instituição para alfabetizar e letrar pessoas surdas.

3

A organização dos estudos no CAS se dá por meio de um Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que inclui aulas de Língua Materna - Libras (L1) e Língua Portuguesa (L2), Matemática, Informática Educativa e Arte Cultura e Diversidade. No Núcleo de Capacitação são oferecidos cursos e minicursos para professores e servidores estaduais e municipais. O Núcleo de Convivência oferece cursos para a família; o Núcleo de Material produz publicações e materiais pedagógicos para o público externo; e o Núcleo de Pesquisa é aberto para estudantes, estagiários e pesquisadores.

O CAS realiza seu atendimento aos estudantes utilizando a Língua Materna dos surdos em todos os ciclos, respeitando essa língua e facilitando o aprendizado para promover uma melhor compreensão do mundo. Tivemos a curiosidade de conhecer as metodologias e atividades desenvolvidas na instituição.

Como questão central estabelecemos: “Quais metodologia e atividades são desenvolvidas pelo Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), no município de Natal - Rio Grande do Norte, para alfabetizar e letrar estudantes surdos?” O objetivo geral da pesquisa consistiu em descrever as metodologias e atividades desenvolvidas pelo Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS para alfabetizar e letrar estudantes surdos no município de Natal - Rio Grande do Norte.

Para responder ao objetivo geral e ao problema de pesquisa, elencamos como

questões de estudo: a) O que expressam os artigos científicos acerca das metodologias e atividades para estudantes surdos? b) Quais são as características do contexto de pesquisa? d) Que metodologias e atividades de leitura e escrita são utilizadas no contexto de pesquisa para ensinar estudantes surdos?

II – LIBRAS COMO FERRAMENTA PARA ENSINAR LEITURA E ESCRITA

Compreende-se que a alfabetização e o letramento, no campo da aprendizagem, começam com a construção de saberes e pedagogias que possibilitam o trabalho com diversos estudantes. Dessa forma, a alfabetização envolve a apropriação da tecnologia da escrita, deixando claro que a escrita não vem antes nem depois do letramento. O estudante aprende a ler e escrever por meio do envolvimento em atividades de letramento, com as quais realiza leitura e produção de textos no contexto em que se encontra inserido, de acordo com sua realidade de mundo e nas práticas de leitura e escrita.

De acordo com Soares (2020), o processo de ensino-aprendizagem faz parte do desenvolvimento do estudante, sendo que os aspectos cognitivos e linguísticos são fundamentais para o seu crescimento, com a leitura e a escrita andando de mãos dadas, uma sempre ao lado da outra. Esse processo não é diferente no contexto dos surdos no ambiente escolar.

A escola tem a função de proporcionar situações de aprendizagens para os estudantes, sem ignorar as necessidades específicas de cada um. A inserção do estudante surdo no ensino regular é uma das diretrizes principais da política de inclusão, com o objetivo de garantir que o espaço escolar seja acessível, respeitando sua condição linguística e cultural. Isso envolve: a presença da Libras, funcionários que dominem essa língua, educadores capacitados, conteúdos adaptados e professores preparados para trabalhar com a língua de sinais, integrando todo o corpo docente nesse processo.

Desde o nascimento, o estudante interage por meio da comunicação. No entanto, para o estudante surdo, que tem pais ouvintes, essa comunicação dentro da família pode ser limitada, pois a oralização é um meio de comunicação inacessível para ele. Sua iniciação à comunicação acontece de forma mais tardia, com o uso da Libras na escola. Com o apoio de colegas e amigos surdos, ele começa a desenvolver sua língua materna, a língua de sinais.

O estudante surdo pode se apropriar de conhecimentos sobre o mundo ao seu redor aprendendo sua língua natural – Libras – e a Língua Portuguesa escrita como sua segunda língua. A Libras possui uma estrutura específica, que inclui a confi-

guração das mãos, o espaço onde o sinal é realizado, o movimento das mãos e o alfabeto datilológico, sendo uma modalidade visual-espacial. Ao utilizar a escrita, o estudante surdo escreve em Língua Portuguesa, mas seguindo a estrutura gramatical da Libras.

O estudante surdo deve ter se apropriado logo cedo das práticas de letramento, tanto com a família quanto na escola, por meio de atividades que favoreçam sua inserção nas práticas discursivas. Nesse processo, ele realizará o letramento visual, por meio de leitura de imagens – usando livros como apoio de leitura – de sinais, símbolos e figuras –, com o objetivo de promover a compreensão dos textos, criando situações de leitura no cotidiano.

A legislação que ampara a educação de surdos no Brasil, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), foi estabelecida em 24 de abril de 2002, por meio da Lei nº 10.436. No seu artigo 1º, está definido que a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, juntamente com outros recursos de expressão a ela associados. O parágrafo único esclarece que se entende como Libras a forma de comunicação, expressão que utiliza um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, o qual constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (Brasil, 2002).

5

Entre os fatores que contribuíram para o reconhecimento da Libras, destaca-se o alto índice de reprovação e evasão escolar dos estudantes surdos, devido à dificuldade de absorver os conhecimentos escolares por meio da língua portuguesa, que é muitas vezes considerada uma língua estrangeira para eles. Esse contexto levou os surdos, por meio de lutas e movimentos da comunidade surda, a reivindicarem o direito de se comunicarem em sua língua natural, a Libras, assegurando, assim, a importância da língua de sinais no processo educacional.

Um marco importante nessa luta ocorreu em 22 de dezembro de 2005, com a regulamentação da Lei nº 10.436, por meio do Decreto Federal nº 5.626, que assegurou ao surdo o direito de ser escolarizado e avaliado por meio de sua língua natural, a Libras. No entanto, o que se observa nas escolas são propostas de inclusão com grandes fragilidades, refletidas na realidade educacional brasileira. Isso inclui classes superlotadas, instalações físicas precárias e a falta de laboratórios, equipamentos e materiais didáticos adequados tanto para os estudantes surdos quanto para os professores.

No cenário educacional contemporâneo, sobretudo na etapa da educação básica, é possível observar que ainda há uma quantidade significativa de crianças surdas com dificuldades, principalmente no processo de alfabetização. Esse fato evidencia

o contínuo descumprimento de medidas inclusivas, que perpassam não somente o âmbito escolar, mas também abrangem outros setores da sociedade.

A inclusão de estudantes surdos nas etapas de ensino-aprendizagem envolve diversos desafios, que vão desde a alfabetização no uso dos códigos escritos e da comunicação até a preparação dos professores para lidarem com a deficiência auditiva em sala de aula.

A escrita, nesse contexto, tem ocupado um espaço pouco explorado na prática escolar, o que compromete sua importância para o desenvolvimento cultural da criança. Vygotsky (2007, p. 145) destaca: “ensina-se às crianças a desenharem letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita.” Evidencia-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que acaba internalizando a linguagem escrita como tal.

O processo de alfabetização é extremamente importante para o desenvolvimento da criança e exige uma abordagem cuidadosa para que não se torne uma prática mecânica ou de mera reprodução. Ferreiro e Teberosky (1999) defendem que as crianças possuem um papel ativo em seu aprendizado, construindo o próprio conhecimento. Logo, a escrita não resulta da simples cópia de um padrão externo, mas sim de um processo de construção pessoal.

6

Nessa etapa de escolarização, o modelo de alfabetização e letramento se caracteriza pela consolidação do aprendizado para o estudante com deficiência auditiva a partir da interação com o meio e das relações estabelecidas com os outros por meio do contato social, tão necessário para o desenvolvimento da leitura e da escrita como para a inclusão social e para a interatividade com o mundo. Tal abordagem torna a prática da alfabetização e do letramento eficaz em classes com estudantes surdos incluídos, como afirma Góes (1996).

Com base nessa discussão e na efetivação da alfabetização e do letramento de forma consistente, é fundamental, inicialmente, reconhecer a Libras como a língua materna e, portanto, como a expressão comunicativa do sujeito surdo. Nesse sentido, a Libras foi estabelecida pela Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) como língua oficial das pessoas surdas. De acordo com o próprio termo, a Libras é utilizada somente no Brasil.

É amplamente reconhecido que a maior parte das crianças surdas vêm de ambientes familiares compostos por pessoas ouvintes. Isso resulta, frequentemente, na falta de contato com a Libras por parte desses estudantes, o que contribui para a dificuldade no acesso à Língua Portuguesa na modalidade escrita no ambiente escolar. Torna-se essencial que o professor assuma uma postura de orientação adequada, desenvolvendo um olhar atento e sensível às necessidades desse público

estudantil, a fim de facilitar seu aprendizado e integração no processo educacional.

Para ser um professor de estudantes surdos, é necessário que o docente tenha um planejamento de qualidade, com uma análise cuidadosa das atividades, além de buscar recursos e orientações pedagógicas adequadas para trabalhar o conteúdo de forma eficaz em sala de aula. O estudante surdo precisa de uma atenção especial para que perceba que o professor está comprometido e preparado para ensiná-lo de maneira eficaz. Assim, para que isso aconteça, o professor deve ter seu planejamento bem estruturado, sabendo exatamente o que vai ensinar e com as aulas organizadas para atender às necessidades específicas dos estudantes surdos.

Dessa forma, o professor assume o papel de orientador no processo de desenvolvimento do estudante, fazendo com que ele evolua em seu aprendizado. O professor precisa ter uma qualificação especializada para atingir seu pleno potencial como professor especial também. Cabe a ele aplicar metodologias pedagógicas e didáticas para que esse estudante não se ausente da sala de aula, além de estar sempre atento às limitações dos estudantes surdos, procurando melhorar cada vez mais o seu método de ensino, incentivando a participação ativa do estudante nas metodologias aplicadas ao seu processo de ensino-aprendizagem.

7

A função do professor na educação de estudantes surdos vai além de simplesmente ensinar; ela também envolve aspectos humanos, solidários e afetivos, com o objetivo de criar um ambiente onde o estudante surdo se sinta seguro e protegido no espaço escolar. O professor deve ser uma fonte de motivação, mostrando ao estudante com deficiência auditiva que ele é capaz de aprender a ler e a escrever. Para que isso aconteça, é necessário um processo contínuo de apoio, tanto por parte do professor motivador, quanto de toda a rede envolvida, incluindo a escola, a família e a sociedade em geral, trabalhando de forma integrada para garantir o sucesso desse estudante.

Uma das estratégias didático-pedagógicas que potencializam a aprendizagem do público surdo é a utilização das metodologias visuais. O uso de recursos imagéticos, como figuras, ilustrações, fotografias, vídeos, slides, entre outros, possibilita, por meio da observação, ampliar as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelo estudante, podendo, ainda, ampliar o repertório da Língua de Sinais.

Ainda, visando ao desenvolvimento das habilidades de escrita e de leitura do estudante surdo no processo de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, é importante apresentá-lo às diversas variedades de gêneros textuais. O uso de diferentes linguagens, alinhadas às situações do dia a dia do sujeito surdo, facilita a aprendizagem da leitura e da escrita, por meio do contato com os gêneros textuais. Dessa forma, pode-se utilizar quadrinhos, receitas, histórias, contos, entre outros,

atrelados ou não aos recursos imagéticos.

Por último, outra estratégia didático-pedagógica no exercício docente voltada para a deficiência auditiva é o uso de ferramentas tecnológicas, como a sala de aula invertida, muito comum no ensino regular nos dias de hoje. Para isso, o professor deve envolver, de forma inclusiva, todos os estudantes, tornando-os sujeitos participativos e ativos no processo de aprendizagem. Métodos eficazes para essa experiência incluem jogos interativos (como jogos da memória, quebra-cabeças, bingo etc.), cinema-mudo, teatro e outros meios.

Diante dos desafios que permeiam o ensino de surdos e os obstáculos presentes na prática docente, é importante destacar que o professor mediador deve estar sempre atento a esse estudante surdo, procurando incluí-lo em todas as atividades e estimulando-o a ficar na sala de aula, possibilitando, assim, o seu aprendizado. A Libras e a Língua Portuguesa devem andar lado a lado, funcionando como uma motivação para a expressão e comunicação do grupo no ambiente escolar e nos demais âmbitos sociais. Dessa forma, destaca-se o desenvolvimento do estudante surdo, com a ajuda não apenas do professor, mas de todos ao seu redor.

III – METODOLOGIA DA PESQUISA

8

Nesta seção, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, o contexto e o sujeito de pesquisa, o percurso metodológico, os procedimentos e como foram tratadas as informações. Ao abordar os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, nos baseamos no estudo de Laville e Dionne (1999), considerando a abordagem qualitativa. Quanto à sua natureza, trata-se de uma investigação básica e, no que tange aos objetivos, corresponde a uma pesquisa descritiva. Além disso, no que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa consistiu em uma revisão de literatura que subsidiou a pesquisa de campo.

O espaço de pesquisa foi o Centro Estadual de Capacitação de Educadores e de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS, oficializado em 30 de setembro de 1947, pela Lei nº 251, mantendo seus limites atuais desde 1994. (Projeto Político Pedagógico do CAS Rotary, 2015)

O CAS é um dos centros mais tradicionais da cultura surda e seu crescimento foi associado à chegada de muitas famílias do interior do estado, principalmente a partir da segunda metade do século passado, na sua maioria, buscando melhores condições de vida. A instituição é organizada por membros de uma comunidade específica, o que nos ajuda a entender como ações coletivas e voluntárias podem contribuir para a educação do indivíduo e formação de sua consciência cidadã dentro do espaço não escolar.

O CAS proporciona ao estudante surdo subsídios para a aquisição do conhecimento da Libras e sua estrutura linguística, conhecimentos e experiências que contribuem para a formação da identidade do aluno surdo. Por fim, a instituição também se dedica à produção de materiais didáticos que favorecem o conhecimento visual, permitindo que o estudante construa significações sobre a Libras em diversos contextos de uso social.

Entrevistamos a gestora da instituição, a quem denominamos “GEST”, a fim de coletar as informações necessárias intencionadas na pesquisa. É uma profissional de 36 anos, com formação inicial em Pedagogia e Letras – Libras, sendo também pós-graduada em Libras. Atualmente atua na Educação Especial, com ênfase no atendimento a estudantes surdos.

A pesquisa se desenvolveu em três etapas, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Percurso metodológico geral da pesquisa

Etapas	Objetivos específicos	Instrumentos de pesquisa
Primeira Etapa	Realizar a Revisão da Literatura (RL).	Artigos científicos do Google Acadêmico. Livros acadêmicos.
Segunda Etapa	Caracterizar o perfil socioprofissional da gestora. Caracterizar o contexto de pesquisa.	Entrevista semiestruturada.
Terceira Etapa	Identificar metodologias e atividades utilizadas para alfabetizar e letrar estudantes surdos na instituição.	Entrevista semiestruturada. Planejamento. Atividades.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023), com base em Bezerra; Carvalho (2019)

Para a revisão da literatura, nos utilizamos dos seguintes procedimentos: iniciamos com a pré-análise, onde definimos os objetivos específicos e as questões de estudo (primeira etapa); em seguida, organizamos o material – os textos (artigos científicos e livros acadêmicos); estabelecemos as categorias de análise; elaboramos os quadros para organizar o material coletado; e selecionamos as referências para realizar a análise, segundo critérios definidos (classificação e numeração de cada texto) (segunda etapa). Por fim, na terceira etapa, realizamos a análise das informações para então apresentar sua descrição.

Com a revisão de literatura, buscamos nos familiarizar com o objeto de estudo e, assim, utilizar essas informações para análise. Para cada instrumento de pesquisa, elaboramos planos de investigação. A revisão de literatura foi realizada em artigos científicos da plataforma Google Acadêmico, assim como em livros sobre educação

de surdos, cujos autores selecionados foram Quadros (2023) e Góes (1996), e sobre alfabetização e letramento, tendo como referência Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2020) entre outros.

Como critérios de busca nos textos, selecionamos as seguintes categorias de análise: linguagem e escrita; educação de surdos; alfabetização e letramento; estratégias didático-pedagógicas, sem a preocupação de estabelecer o período de publicação. Mediante uma revisão de literatura para familiarizar-nos com a fundamentação teórica e subsidiar a análise, realizamos a busca nas fontes, estabelecendo previamente as categorias de análise, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Plano da Revisão de Literatura

Objetivo	Fonte dos dados	Título da obra e autor(es)	Categorias de análise identificadas
Realizar a Revisão da Literatura	Artigos científicos da Plataforma Google Acadêmico	GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. (3ª ed.). São Paulo: Plexus Editora, 2002.	Linguagem e Escrita. Educação de Surdos.
		BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2002).	Linguagem e Escrita. Educação de Surdos.
		Psicogênese da Língua Escrita - Tradução de Diana Myriam Lichtenshtein, Liana Di Marco, Mário Corso (Ferreiro, Emília.; Teberosky, Ana, 1999).	Linguagem e Escrita. Educação de Surdos.
		Linguagem, surdez e educação (Góes, Maria Cecília Rafael, 1996).	Linguagem e Escrita. Educação de Surdos. Estratégias Didático-Pedagógicas.
		A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (Vygotsky, Lev Semionovitch, 2007).	Linguagem e Escrita.
	Livros acadêmicos	Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever (Soares, Magda, 2020).	Linguagem e Escrita. Alfabetização e Letramento.
		Alfabetização e o Ensino de Língua de Sinais (Quadros, Ronice Müller de, 2002).	Linguagem e Escrita. Educação de Surdos. Alfabetização e Letramento.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

A entrevista envolveu sete perguntas, as quais buscaram responder aos objetivos propostos (Quadro 1). Buscamos entender as metodologias e atividades utilizadas para alfabetizar e letrar estudantes surdos. Em relação às atividades propostas aos surdos pela instituição, estas se constituíram como outro instrumento de pesquisa, cujo objetivo foi compará-las às respostas obtidas na entrevista.

Para a realização da pesquisa no contexto investigado, foi disponibilizado à instituição e ao sujeito de pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse termo autorizou a realização da investigação e a publicação dos resultados obtidos com a entrevista e as atividades. As informações obtidas nos instrumentos de pesquisa foram organizadas em quadros e analisadas à luz da fundamentação teórica estabelecida.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação às metodologias e às atividades utilizadas para alfabetizar e letrar estudantes surdos na instituição, as respostas obtidas na entrevista e nas atividades de estudo propostas aos estudantes mostram que há coerência entre o discurso e a prática. Por meio desses instrumentos, percebemos que há o entendimento de que os surdos perdem muito da abstração que a linguagem nos oferece.

Assim, identificamos no discurso da gestora e nas atividades propostas a esses sujeitos situações de aprendizagens que ganham vida, cor, cheiro, textura e sabor, com ênfase na contação de histórias, utilizando como recursos pedagógicos: avental de histórias, saco de histórias, caixa de histórias e fantoches.

A escrita deve estar sempre associada ao seu significado, afirma Soares (2020), ou seja, às palavras, às frases etc. Assim, percebemos atividades de escrita, nas quais eram solicitados nomes de objetos da sala afixados nos lugares correspondentes a eles: porta, janela, lousa etc. Verificamos também a produção de um painel com as letras do alfabeto e, na vertical, na direção da letra, os estudantes colaram figuras e escreveram o nome correspondente, além da elaboração de crachás, entre tantas outras atividades.

Essas atividades são essenciais para o desenvolvimento da leitura e da escrita de pessoas surdas, pois, como expressa Quadros (1998), muitas vezes, a pessoa surda chega à escola sem acesso a nenhuma língua. Nesse momento, revela a autora, a função da escola será proporcionar programas de acesso à Libras, bem como procurar meios de ensinar a escrita da língua majoritária de forma que considere as questões específicas do surdo e seu acesso ao mundo pela visão.

Ferreiro e Teberosky (1999), em relação à alfabetização de crianças, argumen-

tam que, ao formar as habilidades de leitura e escrita desses sujeitos, deve-se considerar seus processos cognitivos e o desenvolvimento da linguagem, valorizando ao máximo as atividades que permitam à criança vivenciar, seja o produto original ou a sua representação. Ou seja, as situações de aprendizagem concretas são fortes aliadas para esse fim.

As autoras revelam que, no processo de transformação, está envolvida a integração das novas informações com as quais o aprendiz se depara e que não se encaixam nos seus conteúdos prévios. A compreensão do sistema de escrita alfabética é diversificada e abrangente, sendo alcançada por meio dessa interação entre conhecimentos prévios e novas informações. Ou seja, para esse fim, é imprescindível que esses sujeitos interajam uns com os outros. Compreendemos que a internalização de novos conhecimentos pelos sujeitos se dá por meio da linguagem, entendendo que ela ocorre mediante a interação, como afirma Vygotsky (2007).

Góes (1996) argumenta que os processos linguístico-cognitivos dos surdos envolvem interações sociais por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa (em diferentes níveis de formação e uso), além de participarem cotidianamente de práticas de comunicação compostas pela superposição de sinais e fala.

12

A autora destaca a importância da experiência de linguagem para a vida escolar do surdo, que é cheia de obstáculos, afirmando que as condições oferecidas por projetos educacionais que instrumentalizam os sinais não incluem o uso da Libras no trabalho pedagógico. Ela reitera a importância das discussões referenciadas na abordagem histórico-cultural, inspiradas no pensamento de Vygotsky (2007), que defende a função da linguagem no desenvolvimento da pessoa surda e na formação de sua identidade.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu atuar com o olhar de pesquisadoras sobre nossa prática, principalmente pelo fato de termos tido a oportunidade de refletir mais uma vez em relação ao Estágio Curricular Supervisionado em um espaço não escolar, buscando identificar uma situação-problema nesse contexto e, assim, elaborar uma questão central para investigar. Nessa investigação, respondemos a essa questão por meio de instrumentos de pesquisa que atenderam ao nosso propósito.

As contribuições para o nosso aprendizado se deram de forma sistemática, com a mediatização em sala de aula, o que nos possibilitou, à luz dos teóricos, reconhecer a importância da pesquisa na formação inicial do professor, compreendendo que ela é necessária para essa formação, enriquecendo-nos com novos conhecimentos

e saberes compartilhados com a academia e outros profissionais.

Dessa forma, a pesquisa e o pesquisador se constroem lado a lado, evidenciando a importância da pesquisa científica na formação inicial do professor, que faz parte de estratégias e ações que utilizam metodologias dentro do contexto de pesquisa. Isso proporciona momentos de leitura à luz dos teóricos e uma reflexão sobre sua prática na sala de aula, que está apenas iniciando. Assim, garante-se uma formação continuada dentro do contexto da pesquisa científica, o que destaca a importância de discutir saberes e compartilhá-los com a sociedade.

Em acordo com Góes (1996), em suas pesquisas, nossas análises e discussões indicam que é imprescindível, em nossa realidade, conceder espaço efetivo também à Língua Brasileira de Sinais no atendimento formativo da pessoa surda. Embora se deva reconhecer, como desvela a autora, que ainda permanecem muitas questões quanto às formas de implementar iniciativas nessa direção, é necessário um esforço corajoso para a implantação e implementação de programas e projetos que, entre outras possibilidades, visem formar melhor os professores ouvintes e formar professores surdos, incentivem a experimentação de trabalho didático-pedagógico orientado também para o uso da Libras e ampliem, na esfera da pesquisa, o conhecimento sobre essa língua, conclui a autora. Portanto compreendemos que esse conhecimento é inerente à docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 22 ago. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

14

BEZERRA, A. M.; CARVALHO, R. B. de. O olhar da gestão frente a importância das avaliações interna e externa para orientar o processo de ensino-aprendizagem. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 16008-16024 sep. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/rozib/OneDrive/Documentos/DOCUMENTOS-2024-2025/PASTA-1/ARQUIVOS-DOCUMENTOS-2024/DOCUMENTOS/%C3%81REA%20DE%20TRABALHO-2023/PASTA-1/ABRIL-2022/2022/TODAS%20AS%20PASTAS/ARTIGOS-JOURNAL/Alessandra-Journal.pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita** - tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação** (3ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. (3ª ed.). São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, C.B. F.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S.L.S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, 39

(1), 65-80, 2013.

LAVILLE, C., & DIONNE, J. (1999). **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 342 p.

LODI, A.C.B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, 39(1), 49-63., 2013. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1517-97022013000100004. Acesso em: 15 mar. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento à Pessoa Surda**: CAS Rotary. Natal/RN, 2015.

QUADROS, R. M. de. **Alfabetização e o ensino de Língua de Sinais**. Textura, Canoas, jun. 2002. p. 55. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=47>. Acesso em: 15 fev. 2023.

15

SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão: abordagens sócioantropológicas em educação especial**. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SLOMSKI, V. G. **Educação Bilíngue para Surdos**: concepções e implicações práticas, 1a. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

SOARES, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, C. M.; SILVA, D. N. H. **Libras na educação de surdos**: o que dizem os profissionais da escola? *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 20, n. 1, janeiro/abril de 2016: 33-43.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.